

Visão da semana: dilemas da negociação

A conferência dos sete principais países industrializados, em Londres, constituiu o grande acontecimento econômico e político da semana passada. Todo o quadro de discussões gira, atualmente, em torno da dívida dos países em desenvolvimento e do comportamento da economia norte-americana. Credores e devedores reúnem-se sucessivamente em busca de soluções. No entanto, tudo indica que um programa de caráter global não encontra possibilidades de viabilizar-se, o que tem o condão de permitir que cada nação seja tratada, nesse processo, de acordo com a especificidade de seu caso.

Os países que mais se beneficiam desta que parece ser a orientação geral das negociações são o Brasil e o México. Ambos lograram resultados convincentes nos seus respectivos programas de ajustamento interno, o que certamente deve ser levado em consideração para um tratamento diferenciado de suas dívidas em relação à de outros países. O Fundo Monetário Internacional tem demonstrado evolução nas suas posições, fato que já origina um tratamento mais flexível por parte dos banqueiros internacionais. Estes não admitem renegociar os juros, porém é lícito supor que não se furtam à discussão da margem do spread, assim como dos prazos. Dessa maneira, não se pode deixar de reconhecer que a situação, como um todo, evoluiu.

A atitude do Brasil tem sido pautada pela cautela de sempre, sem um envolvimento que privilegia o plano político da negociação. A reunião dos devedores em Cartagena está sendo tratada como um evento de rotina, sem que o mesmo seja desprezado na sua importância. Entretanto, é fundamental preservar a identidade do processo de ajustamento brasileiro, na medida em que este continua a requerer grandes sacrifícios da sociedade, os quais precisam encontrar um horizonte definido. Em outros termos, a perspectiva de retomar o crescimento econômico deve ser prioritária, o que não implica a não-adoção de

posição prudente nas relações com os demais países endividados.

Internamente, as dificuldades para a contenção da expansão monetária voltaram a ganhar destaque, comprovando a expectativa que se tinha a respeito das últimas medidas do Conselho Monetário Nacional. Ou seja, as providências tomadas, por circunscreverem-se essencialmente à área monetária, demandam tempo para surtir efeito, além do que evidenciam claramente seus limites num contexto de forte inflação. Enquanto esta não recuar significativamente, os esforços de controle monetário continuarão a surtir pouco efeito prático.

O bom desempenho do comércio exterior voltou a ser confirmado, desta vez pelo superávit de maio, que ficou em US\$ 1,137 bilhão. Para os cinco primeiros meses do ano, o saldo acumulado ascende a US\$ 4,6 bilhões, e a US\$ 9,1 bilhões considerando-se o período de 12 meses. Mesmo assim, o País enfrenta as agruras do protecionismo e perde preciosos recursos. A Cacex estimou em US\$ 4 bilhões o total que o Brasil deixará de receber neste ano, como resultado direto dos entraves comerciais aplicados pelas nações industrializadas (que, na maioria dos casos, pregam ironicamente a liberdade de comércio). De qualquer modo, não há pessimismo a vista e a meta para o ano todo deverá ser rigorosamente cumprida, chegando-se a um saldo em torno de US\$ 10 bilhões.

Resta esperar que os próximos meses sejam pautados por um comportamento mais ameno das taxas de juro no Exterior, algo que se revela difícil até o presente momento. Um dos efeitos que se poderia aguardar da reunião de cúpula em Londres é justamente um equacionamento razoável dos problemas econômicos internacionais, favorecendo assim uma expectativa psicologicamente mais benéfica. Claro está que ela não será suficiente para arrefecer por si só o ímpeto altista; pode, todavia, contribuir para evitar um recrudescimento das pressões neste sentido.